

Uma votação “ordeira e pacífica” na Guiné Equatorial: as eleições foram livres e justas?

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

“A votação decorreu de forma ordeira e pacífica, não havendo registo de incidentes. O acto eleitoral foi acompanhado de um visível dispositivo de segurança”, considerou a equipa de acompanhamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).¹ Ainda segundo a agência *Lusa*, a missão decorreu a convite das autoridades da Guiné Equatorial e a equipa foi chefiada pelo representante permanente de Timor-Leste junto da CPLP, o embaixador Antonito de Araújo, integrando ainda diplomatas das representações de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e elementos do secretariado executivo da CPLP.

Como se constata a partir da leitura da nota, percebe-se rapidamente o intuito que esteve por detrás do convite do Governo da Guiné Equatorial para que a CPLP enviasse uma equipa de acompanhamento da votação. Como era de reear, a nota divulgada pela CPLP de algum modo anda próximo de validar as eleições presidenciais na Guiné

Equatorial. Os reparos que faz são menores e evita a questão de fundo: as eleições foram livres e justas? Não querendo, ou não podendo, pronunciar-se sobre a verdadeira questão, o que foi fazer—sem meios, de forma tardia e insuficiente—uma equipa da CPLP à Guiné Equatorial? Legitimar, com a sua presença e o seu silêncio cirúrgico, o acto eleitoral?

Sejamos muito claros: as eleições presidenciais na Guiné Equatorial não foram livres e justas, assunto que a nota da CPLP ignora, argumentando convenientemente que a missão não acompanhou o período de campanha eleitoral. Num quadro de fortes limitações políticas, o Presidente Teodoro Obiang foi certamente reeleito com um resultado apenas possível na Coreia do Norte.

Dito isto, registre-se com agrado a ausência de qualquer representante de Portugal nesta missão da CPLP. Aliás, o Governo português deveria ir mais longe e aproveitar a primeira oportunidade para deixar bem clara a sua posição sobre as eleições presidenciais na Guiné Equatorial.

¹ “Missão da CPLP descreve eleições ordeiras e sem incidentes na Guiné Equatorial” (*Lusa* via *Observador*, 26 de Abril de 2016).

Importa lembrar que em 2014, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Díli, a Guiné Equatorial aderiu à CPLP com Portugal a assumir uma posição de vencido, mas não convencido. Em todo o caso, a adesão do Governo de Malabo implicou formalmente a sua aceitação dos valores identitários da CPLP, lembrados na altura pelo Presidente Aníbal Cavaco Silva: “a Língua Portuguesa e os princípios fundadores de defesa da paz, do Estado de direito democrático, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento económico-social”.²

Na altura, antecipando em certa medida o futuro próximo, o Presidente português venceu ainda a importância de se “deixar claro, no presente *e no*

futuro, que são esses os valores que determinarão as nossas decisões e as nossas iniciativas”.³

Quase dois depois da sua adesão, o Governo da Guiné Equatorial continua a fazer progressos insuficientes a todos os níveis. Altura mais do que suficiente para se fazer um balanço e para Portugal vincar que a adesão da Guiné Equatorial à CPLP não isenta o seu Presidente de crítica pública, por exemplo quando decorrem eleições que, por mais ordeiras e pacíficas que tenham sido, não foram livres e justas.

² Carlos Santos Neves, “Cavaco fala à CPLP de Direitos Humanos sem mencionar Guiné Equatorial” (*RTP Notícias*, 23 de Julho de 2014).

³ *Idem*. O itálico é da minha responsabilidade.

IPRIS
Comentário
46

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
(IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.